

## REARTICULAÇÕES DA MEMÓRIA: FORMAS COMUNICATIVAS EM AÇÕES DIRETAS INDÍGENAS NO BRASIL

*Rearticulations of memory: communicative forms in indigenous direct actions in Brazil*

*Rearticulaciones de la memoria: formas comunicativas en acciones directas indígenas en Brasil*

Daniel Oliveira de Farias<sup>1</sup>

DOI: [doi.org/10.31501/esf.v2i36.16845](https://doi.org/10.31501/esf.v2i36.16845)

**Resumo:** Compreendo, neste artigo, as relações entre formas comunicativas, territórios e memória em ações diretas indígenas em monumentos no Brasil. Realizo uma cartografia das formas de confronto e dos repertórios comunicacionais para analisar as disputas de território e memória mobilizadas. Demonstro que tais ativismos políticos desarticulam a memória nacional e, ao mesmo tempo, rearticulam concepções do território como vida e memórias de luta contra vestígios coloniais na configuração do presente.

**Palavras-chave:** Memória. Ação direta. Monumento. Território. Ativismo indígena.

**Abstract:** In this article, I examine the relationships between communicative forms, territories, and memory in Indigenous direct actions at monuments in Brazil. I conduct a cartography of confrontation and communicative repertoires to analyze disputes over territory and memory. I argue that these activisms disrupt national memory while rearticulating conceptions of territory as life and memories of struggle against colonial wake in the configuration of the present.

**Keywords:** Memory. Direct action. Monument. Territory. Indigenous activism.

**Resumen:** En este artículo examino las relaciones entre formas comunicativas, territorios y memoria en acciones directas indígenas en monumentos en Brasil. Realizo una cartografía de formas de confrontación y repertorios comunicacionales para analizar disputas territoriales y de memoria. Sostengo que estos activismos desarticulan la memoria nacional y rearticulan concepciones del territorio como vida y memorias de lucha contra la persistencia colonial en la configuración del presente.

**Palabras-clave:** Memoria. Acción directa. Monumento. Territorio. Activismo indígena.

---

<sup>1</sup> Doutor, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, Brasil. [danoliveiradefarias@gmail.com](mailto:danoliveiradefarias@gmail.com). | <https://orcid.org/0000-0002-7376-6280>

## **Introdução**

A defesa das memórias dos povos racializados e marginalizados em países que viveram processos de colonização vem sendo uma dimensão central em ativismos em torno dos territórios no Brasil. As tentativas de apartar o debate sobre propriedade privada, desigualdade na distribuição de terras, regularização fundiária, demarcação de territórios indígenas e quilombolas geralmente visam produzir uma lacuna histórica e de legitimidade baseada na naturalização de uma concepção de ausência de qualquer relação entre racismo, genocídio, território e memória. Tal processo envolve o que Lélia Gonzalez (1988) compreende como uma experiência específica no Brasil e, de maneira mais ampla, na América Latina. No processo cultural, social e político de produção da racialização e do racismo ocorre no Brasil da seguinte maneira, explica a autora, “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”. A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação” (Gonzalez, p. 1988, p. 71). É esse racismo por denegação que amiúde desassocia as violências raciais às violências territoriais e de apagamento de memórias de lutas indígenas no país.

Milanez et al. (2019) aprofundam a abordagem desse processo histórico em relação aos povos indígenas, tratando do racismo cotidiano e da violência institucional, que assumem camadas históricas profundas na medida em que as formas de racismo contra indígenas tiveram pouco espaço no debate racial no país.

A historiografia tradicional pouca atenção deu ao protagonismo da resistência indígena à colonização, e as abordagens da “transição” da escravidão indígena para a negra não apenas reforçaram a narrativa da

extinção – que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado –, como também serviram para desconsiderar o violento sistema de exploração da força de trabalho, a espoliação e o genocídio que permanecem desde o primórdio da colonização até os dias atuais. (p. 2163).

Partindo desse reconhecimento da existência de uma política institucional sobre o tempo que localiza os indígenas no passado, reduzindo a sua agência histórica, os autores abordam a relevância das lutas produzidas com a formação do movimento indígena, sobretudo a partir dos anos 1970 em meio à Ditadura Militar, sendo o “ pilar fundamental sobre o qual se estabeleceu a crítica da nova história, provocando uma revisão de abordagens antropológicas e das historiografias oficiais” (Milanez et al., 2019, p. 2165). O antropólogo Gersem Baniwa (2006), ao reconstituir a história das lutas indígenas no Brasil, destaca a importância do movimento indígena no que se refere à dimensão da afirmação identitária.

Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras [...] o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes. (Baniwa, 2006, ps. 30-31).

É possível notar que o alto grau de relevância do movimento indígena para a afirmação identitária dos diversos povos, que, além do próprio pertencimento como Baniwa, Fulni-ô, Tupinambá ou Kaingang, por exemplo, passam a se identificar como índio – termo com sentidos historicamente

pejorativos e violentos – e/ou indígena. Trata-se, nos termos do autor, de uma nova estratégia de aliança política chamada de “pan-indígena”, que possibilita não somente “a superação do trágico projeto de extinção dos índios”, como também “a arrojada promessa de construção de uma unidade política dos povos indígenas que não signifique igualdade ou homogeneidade sociocultural e política, mas sim uma unidade articulada de povos culturalmente distintos, na defesa de seus direitos e interesses comuns” (Baniwa, 2006, ps. 33-34). Desse modo, o próprio gesto coletivo de formação do movimento indígena se configura como um modo de reconfiguração de sentidos, práticas, estruturas de aniquilação e apagamentos históricos relacionados à memória nacional brasileira.

Esse processo tornou-se central para o movimento indígena desde então, sendo articulado em formas culturais, comunicativas e de confronto político no cotidiano do ativismo indígena. Tal processo ganha ainda mais intensidade contemporaneamente, uma vez que os ativismos indígenas, indissociáveis às concepções de território, adquirem a forma cultural enquanto fluxos ativistas, que caracterizam as contínuas articulações entre formas comunicativas e apropriações do espaço como territórios em fluxos comunicacionais (Farias, 2025) em nosso atual ambiente tecnocomunicativo, marcado por fluxos contínuos de informações, imagens, audiovisuais. A noção de fluxo ativista parte da compreensão de que, embora em um certo momento histórico tenha sido possível delimitar e distinguir o processo de confronto político a partir de clivagens entre o online e o offline (a militância de rua e o ativismo digital), a configuração do ativismo caracteriza pela interconexão e articulação contínua dessas esferas. Trata-se aqui da conformação de um ambiente tecnocomunicativo, nos termos de Martín-Barbero (2009), em que o movimento de “entrar” e “sair” da internet gradativamente perde sentido, dado que estamos constantemente conectados e as formas culturais e comunicativas (textuais,

audiovisuais, imagéticas, em apropriações de plataformas digitais) passam a se entrelaçar no próprio modo de configuração das mobilizações, das ações diretas e das dinâmicas do confronto político no espaço.

Tal forma cultural do ativismo político é caracterizada pela conectividade e também pela formação de redes ativistas, o que envolve relações imbricadas nas experiências com o espaço e as plataformas digitais. No que se refere à disputa da memória, repertórios comunicacionais são constituídos e reconstituídos no movimento indígena, mobilizando e produzindo diversas formas culturais e comunicativas de ação coletiva e de confronto político – em exposições, filmes, livros, textos, canais e perfis em plataformas digitais, mobilizações em campanhas, acampamentos, atuações institucionais, ações diretas, tecendo conexões em redes de ativismo indígena no entorno tecnocomunicativo. Ações diretas em monumentos (incêndios, projeções, intervenções artísticas, ocupações etc.), em especial, configuram-se como parte desse repertório e são acionadas na interconexão com diferentes modos de apropriação do espaço como território.

Compreendo, neste artigo, as relações entre formas comunicativas, a disputa da memória e o território em ações diretas realizadas por coletividades ativistas indígenas no Brasil. Articular formas culturais, comunicativas e apropriações do espaço a partir dessas lutas revela-se essencial para um entendimento aprofundado dos fluxos ativistas indígenas em torno de territórios no país. É nessa perspectiva que realizo um exercício de cartografia em fluxo, articulando as formas de confronto e os repertórios comunicacionais de ações diretas em estátuas do colonizador Pedro Álvares Cabral, em Porto Seguro e no Rio de Janeiro, e no Monumento às Bandeiras, em São Paulo, para analisar as disputas e as perspectivas de território e memória mobilizadas nesses fluxos ativistas no Brasil.

A realização de uma cartografia em fluxo (Farias, 2025) envolve a prática analítica de articulação, no sentido desenvolvido nos estudos culturais. Para Lawrence Grossberg, a articulação envolve os processos básicos da produção da realidade, de contextos e do poder e, na pesquisa, define as perguntas sobre os acontecimentos em termos de “formas, modalidades, mecanismos e práticas de relacionalidade”. Assim, a articulação adquire uma força metodológica-analítica como um modo de contextualizar radicalmente processos culturais, sociais e políticos, pois “se um contexto pode ser entendido como as relações que foram produzidas pela operação do poder, no interesse de certas posições de poder, a luta para mudar o contexto envolve a luta para mapear essas relações e, quando possível, desarticulá-las e rearticulá-las” (Grossberg, 2015, p. 21). Na cartografia em fluxo das ações diretas indígenas, busco mapear e articular as formas culturais e comunicativas de confronto político a partir das relações com a memória e o território.

Compreendo que o processo comunicacional que configura esses eventos de protesto vai além do momento em que acontece no território, o que exige evitar uma delimitação em recortes temporais e mesmo espaciais, considerando a sua circulação em imagens, textos e audiovisuais. Essa abordagem da cartografia em fluxo demanda a sua articulação a partir da experiência do pesquisador, em que as formas comunicativas e apropriações espaciais são reconhecidas em seu caráter de fluxo comunicacional, sendo assim identificadas e articuladas no percurso analítico construído na investigação. Nesse sentido, a cartografia em fluxo não equivale-se a uma cartografia digital, por exemplo, dos fluxos comunicacionais em uma plataforma de rede social específica. Nesse sentido, ela diferencia-se tanto dos mapeamentos digitais quanto dos esquemas pré-definidos de apresentação de dados. Ela propõe, antes, uma abertura à experiência em nosso ambiente tecnocomunicativo

(Martín-Barbero, 2009) em diálogo com perspectivas de análise simultaneamente comunicacional e política.

### **Matrizes culturais, vestígios e memórias em ações diretas em monumentos**

A forma cultural e, ao mesmo tempo, comunicativa e de apropriação espacial da ação direta em monumentos tem matrizes culturais e políticas importantes em lutas indígenas na América Latina e, mais recentemente, em ativismos negros nos Estados Unidos. Uma dessas iniciativas, relata Tible (2022), foi realizada por indígenas na mobilização Zapatista no México, em 1992 – considerada a primeira entre diversas ações diretas em estátuas no continente realizadas a partir de então –, quando em “12 de outubro, dez mil indígenas em silêncio tomam a capital de Chiapas e derrubam a estátua do conquistador”, o espanhol Diego de Mazariegos, que, em uma aproximação com o vocabulário histórico brasileiro, seria um tipo de bandeirante que colonizou a região mexicana de Chiapas, onde as mobilizações zapatistas foram organizadas.

Tal ação no México pode ser considerada uma importante matriz cultural e política de ações diretas em monumentos realizadas por ativistas indígenas no Brasil e em outros países da América Latina. Matrizes culturais são compreendidas, no pensamento de Martín-Barbero (2015), como formas culturais que permanecem presentes na cultura como vestígios do passado no presente, porém não necessariamente na cultura dominante, e possibilitam não apenas a conexão entre o velho e o novo, como a organização dos processos de mudança cultural<sup>2</sup>. Na socialidade, “lugar de ancoragem da

---

<sup>2</sup> As matrizes culturais também são “centrais na produção de tecnologias de comunicação, uma vez que conglomerados tecnológicos ou big techs dependem dos usos sociais e das apropriações das formas previamente existentes nas sociedades para que os seus formatos industriais e tecnológicos

práxis comunicativa” na vida cotidiana, tais matrizes se atualizam a partir de competências de reconhecimento de formas e formatos da comunicação, conforme explica Martín-Barbero (2015, p. 17). No ativismo político, as matrizes culturais conformam condições de possibilidade tanto para a reprodução quanto para a produção de novas formas comunicativas de confronto. Elas são centrais no processo de constituição de repertórios comunicacionais de ativismo, pois se relacionam ao conjunto das formas de confronto político que resultam “dos modos e usos coletivos da comunicação, isto é, da interpelação/constituição dos atores sociais e de suas relações (hegemonia/contra-hegemonia) com o poder” (p. 17),

Silva e Lima (2024) associam a emergência de ações diretas em monumentos no Brasil às formas de ativismo colocadas em prática durante as manifestações de rua Black Lives Matter, nos Estados Unidos, após o assassinato brutal de George Floyd em 2020 por forças policiais estadunidenses. De acordo com Silva e Lima, a produção e a circulação de formas comunicativas – a exemplo de fotografias, textos, registros audiovisuais – sobre tais ações diretas conectaram e potencializaram tanto o debate quanto a mobilização contra o racismo e o colonialismo em diversas cidades, “numa rede global de ações coletivas locais que conferiam um sentido comum ao questionar a hierarquia do poder e as tentativas frustrantes de estabilizar uma narrativa desigual e violenta sobre o passado naqueles lugares” (2024, p. 5). Tibile (2022, 2020) discute essas formas de confronto político desde os anos 1990 e chama a atenção para a presença central de coletividades indígenas em diversas ações diretas, dos indígenas zapatistas no México aos Mapuches no Chile. Essas matrizes culturais,

---

sejam reconhecidos e assimilados na cultura dominante” (Farias, 2025, p. 25). Há também processos em que as matrizes culturais são, ao mesmo tempo, já comunicativas e/ou midiáticas (Gomes et al., 2017).

comunicativas e políticas revelam múltiplas temporalidades, assim como camadas variadas das lutas indígenas por território.

No percurso cartográfico de ações diretas em fluxos ativistas indígenas, compreendo que afetos são organizados e mobilizados, enquanto modos de engajamento político (Grossberg, 2010, 2018), em um plano de luta sobre a memória nacional. Esta é enquadrada não como abstração de um passado colonial heroico, algumas vezes institucionalizado e/ou celebrado por setores conservadores e reacionários, mas pelos vestígios da presença concreta e também vivida no cotidiano de coletividades racializadas em constante resistência e luta por mudança de realidades excludentes e violentas no Brasil. Em uma discussão sobre a memória e as heterogeneidades de afetos e sentidos cotidianos, Christina Sharpe (2023, ps. 18-20) destaca a ideia de vestígio tanto na história de colonização e escravização quanto na vida cotidiana atual de pessoas negras em diferentes dimensões afetivas, culturais, sociais e políticas como a presença de um passado: “viver no vestígio significa viver no/com terror”, afirma, aludindo ao processo de escravização e as atualizações da violência colonial, mas também uma forma de consciência.

A autora propõe, então, “pensar e argumentar a favor de um aspecto da existência Negra no vestígio como consciência e propor que existir no vestígio é ocupar e estar ocupada pelo presente contínuo e mutável dos desdobramentos ainda não resolvidos da escravização”. Desse modo, trata-se de um paradoxo temporal, na medida em que tanto marca no presente a história da colonização e da escravização, vivida, no Brasil, por pessoas de origem africana e indígenas, quanto constitui possibilidades de resistência e reconfiguração da memória.

Nomeio esse paradoxo como vestígio, e uso vestígio [wake] em todos os seus significados [vestígio, vigília, vereda] como um meio de compreender como as violências da escravização emergem nas condições contemporâneas de dimensões espaciais, legais, psíquicas e materiais e em outras dimensões da (não) existência Negra, bem como em modos Negros de resistência. (Sharpe, 2023, p. 19).

A proposição de Sharpe instiga a refletir sobre os múltiplos significados do termo vestígio na relação com a violência, a resistência à escravização e à colonização e as suas diversas temporalidades, contribuindo para compreender o processo de disputa pela memória a partir de experiências e lutas indígena e enfatizando a relevância da reconstituição e constituição de memórias de resistência e luta no Brasil. A autora explica que tal processo pode constituir aspiração de outras possibilidades da existência no presente e no futuro, permitindo pensar e repensar os arquivos da escravização, exigindo “novos modos de escrita, novos modos de tornar sensível” (2023, p. 118).

Amormino (2024) discute movimentos de memória e defende que compreender tais processos de disputa implica em avançar em relação a uma ideia de representação, pois não se trata apenas da construção de outras representações do passado. A autora considera a memória como um gesto, o que implica em agência e intervenção no mundo. As ações diretas indígenas sobre monumentos coloniais organizam e mobilizam práticas, discursos, debates sobre as atualizações das lógicas de escravização, do racismo, do genocídio, em suma, de violências ainda presentes – ou seja, configuram um gesto de memória que é capaz de mover vestígios da escravização e da colonização. Essa dimensão afetiva configura engajamentos políticos sobre a memória nacional no presente ao articular ações diretas em estátuas e monumentos como forma cultural e comunicativa de confronto político, constituindo modos de apropriação do espaço como território (ou seja, na relação com o poder) e também repertórios comunicacionais da luta pela desarticulação da memória nacional.

**Entre a fixação no passado e a falsa contradição tecnológica**

Em 2022, ativistas do povo Pataxó realizaram uma ação direta em Porto Seguro, cidade baiana, denunciando o histórico colonial de massacre indígena e o genocídio (Tuxá, 2022, 2022a) na pandemia em contraponto a um evento em homenagem ao chamado Dia do Descobrimento<sup>3</sup>, organizado pela prefeitura com a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro. Diversos vídeos de cunho racista circularam durante e após o protesto tentando desqualificar os pataxós como “falsos índios” ou “índios de Iphone”<sup>4</sup>. As principais agendas da manifestação foram a demarcação dos territórios, a recusa da proposição do Marco Temporal<sup>5</sup> pelo STF, assim como o confronto de uma memória colonial que considera os chamados “descobridores” heróis, reproduzindo idealizações e violências desse momento histórico e apagando os processos violentos de escravização e de genocídio da construção da memória do país.

Entre as formas de confronto político, os ativistas fizeram uma ação direta na estátua de Pedro Álvares Cabral, na cidade, pintando com tinta vermelha a estátua e bandeiras do Brasil, enquanto transmitiam a ação ao vivo. O ativista Tukumã Pataxó estava com o grupo que planejou e produziu a ação direta e, em conexão com outros perfis e coletivos em plataformas de rede social, transmitiu e publicou diversas produções audiovisuais do protesto, com o momento da ação direta no monumento e

---

<sup>3</sup> Em 2000, em “celebrações” de 500 anos do “descobrimento”, a Rede Globo criou um relógio com contagem regressiva para o dia 22 de abril de 2000. Ações diretas foram realizadas no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, de confronto às comemorações coloniais de 500 anos da invasão (Silveira, 2021).

<sup>4</sup> Ver Zambelli (2020).

<sup>5</sup> A tese do Marco Temporal pressupõe que somente terras indígenas ocupadas por um povo indígena no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Brasileira, poderiam passar pelo processo de demarcação. A tese estava sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de um Recurso Extraordinário com repercussão geral. Baseado em uma leitura equivocada (e interessada) da Constituição de que a legislação referente aos povos indígenas não teria um “efeito retroativo”, o Marco Temporal desconsidera as relações tradicionais e ancestrais com o território, sintetizadas no texto constitucional (caput do seu artigo 231).

também o ato de pintura de tinta vermelha da bandeira brasileira, com os manifestantes reunidos na praça, e também da repressão policial.

Em publicação posterior à ação direta, Tukumã (2022) afirmou: “22 de abril, a prefeitura de Porto Seguro convida o atual presidente do Brasil para comemorar o aniversário do início do massacre dos povos indígenas do Brasil. Fora Bolsonaro” (Figura 1). A postagem, também compartilhada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), contém diversos comentários de apoio à ação, como “sangue indígena, nenhuma gota a mais” e “Viva os povos originários do Brasil! Resistir! Resistir! Resistir! Este é o lema desde a invasão de suas terras pelos Portugueses em 1500”, e também textos racistas de apoiadores do ex-presidente descrevendo os ativistas como “vândalos disfarçados de índios”. É possível observar, na cobertura audiovisual do protesto, apoiadores do ex-presidente explicitavam com camisas de estampa verde e amarela e bandeiras do Brasil um repertório patriota de ativismo (Alonso, 2023) enquanto aguardavam a chegada do então mandatário da extrema-direita.

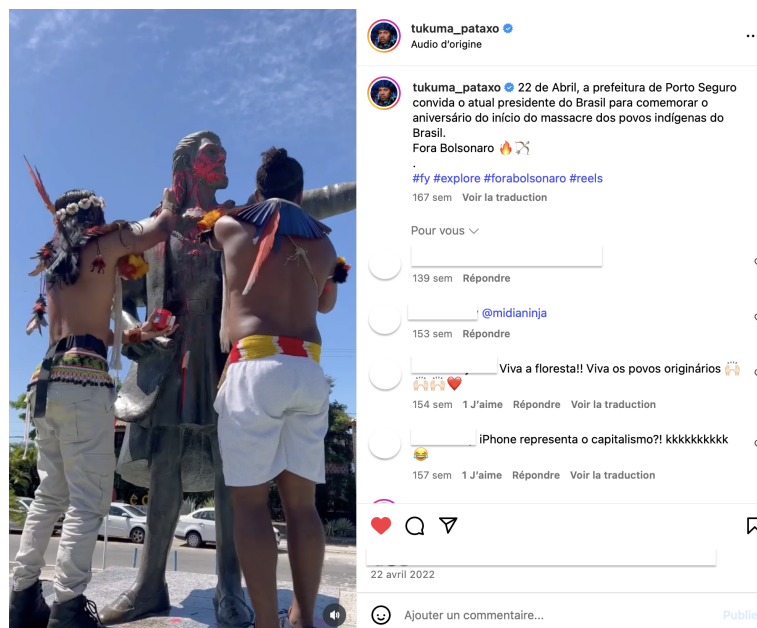


Figura 1: Indígenas do povo Pataxó protestam em Porto Seguro, Bahia (Pataxó, 2022)

Em um evento que marcava a considerada “data comemorativa” e com a presença do então presidente de extrema-direita, a ação direta recebeu grande cobertura jornalística (G1, 2022; Uol, 2022), tornando-a também uma oportunidade política para a mobilização em defesa das agendas de luta indígena e a disputa da memória nacional – eixos centrais de interesse articulados como agenda política na luta pela demarcação dos territórios e contra projetos de lei que atacam direitos dos povos indígenas e a tese do Marco Temporal. Na produção audiovisual, destaca-se a filmagem com o celular em formato vertical, o que permitiu a circulação dos vídeos tanto no formato “reels” do Instagram como no TikTok, articulando, a partir de convenções de uso dessas plataformas, formas comunicativas de confronto

político, como a ação direta em monumentos e a cobertura de evento de protesto, que articulam matrizes comunicativas de uma forma de registro amador no ativismo político.

Ferreira (2019) convoca a noção de poética do registro amador no telejornalismo de Gutmann (2014) como uma matriz acionada por ativistas nas manifestações de Junho de 2013, em que afetos são articulados em apropriações tecnológicas e convenções no audiovisual. Há uma diferença, segundo o pesquisador, entre o registro amador de controle e vigilância, relacionado às imagens de câmeras de segurança utilizadas no telejornalismo, e o sentido de autenticidade e autoridade sobre o que intitula de fluxos audiovisuais irruptivos em ativismos em torno de Junho de 2013. Porém, ele também explica que há elementos em comum em relação à produção das corporações midiáticas: “Tanto o registro amador na televisão quanto o amadorismo do registro desses corpos coletivos coincidem na produção de imagens que nem sempre são visíveis e dizíveis pelas corporações midiáticas e políticas, ao destacar não os corpos limpos, mas as imagens tremidas, e em fluxo” (Ferreira, 2019, p. 257). Nos últimos anos, tais imagens se tornaram não apenas cada vez mais frequentes na experiência cotidiana com a televisão, plataformas de rede social e aplicativos de mensagem, como constitutivas da maior parte dos eventos de protesto em uma reconfiguração que reterritorializa a comunicação em relação ao espaço nos fluxos ativistas (Farias, 2025). A experiência espacial durante manifestações de ruas, vigílias, barricadas e bloqueios de estradas, acampamentos e ocupações muda a partir das rotinas e convenções das formas comunicativas em fluxos ativistas.

Se, por um lado, é possível identificar matrizes comunicativas da poética do registro amador em torno de Junho de 2013, por outro, evidencia-se, na ação direta realizada por ativistas indígenas em Porto Seguro, a consolidação de modos de sentir, perceber e fazer os protestos, relacionados às

imagens produzidas por câmeras de dispositivos móveis. Essa é uma tecnicidade ativista, estabelecida nos usos sociais e apropriações de tecnologias, como gramática e, ao mesmo tempo, operador perceptivo de confrontos políticos contemporâneos. Ela torna-se, portanto, rotina e ritualidade nos diversos repertórios de fluxos ativistas indígenas.

Desse modo, o registro amador se consolida como uma forma comunicativa de confronto político que articula afetos em tecnicidades ativistas, ou seja, na apropriação de tecnologias na produção audiovisual e a circulação de conteúdos em plataformas de rede social no contexto do ativismo. Em cena de um outro vídeo publicado por Tukumã Pataxó (2022a), uma caminhonete com ativistas bolsonaristas é destacada no plano, enquanto uma pessoa, dentro do carro, diz “índio com Iphone”, o que é logo respondido pelo ativista pataxó, “índio também trabalha, senhora”. Em outra cena, uma pessoa presente na manifestação afirma “[...] o celular é melhor do que o meu”, em mais uma manifestação racista que atrela os indígenas ao passado e, no mesmo movimento, dá um lugar de futuro e desenvolvimento às tecnologias como os smartphones, reforçando um sentido redutor sobre inovação tecnológica. A resposta do ativista no audiovisual (Figura 2), novamente divulgada pela APIB e também por outras organizações e ativistas do movimento indígena, confronta tais discursos que reduzem os povos indígenas ao passado, o que também tensiona essa associação dominante da tecnologia à inovação e ao futuro. A tecnologia, em fluxos ativistas indígenas, não se limita a esse sentido moderno, mas é tomada em suas múltiplas possibilidades de uso e apropriação na constituição da resistência e da luta política.



Figura 2: Momentos do protesto indígena em Porto Seguro durante a visita de Jair Bolsonaro - Pataxó (2022a)

Também são observadas práticas policiais violentas durante a manifestação, como o controle da circulação e armas sendo apontadas para a intimidação dos manifestantes. Da mesma forma, a dimensão coletiva do protesto e os confrontos aos repertórios patriotas bolsonaristas, manifestados em políticas nacionalistas, de ódio e diversionistas a partir da construção de contradições falsas entre o uso do celular por indígenas e a própria identidade indígena (em uma associação temporal racista dos indígenas ao passado), são conformados no audiovisual em fluxos ativistas indígenas. Além disso, a edição dos momentos do evento de protesto, com lettering dos trechos inaudíveis e de descrição das ações, em conexão com as postagens, comentários, a produção de visibilidade das agendas políticas

na cobertura jornalística são modos de constituição de tecnicidades ativistas, que articulam modos de denúncia e sensibilização sobre o tratamento desigual e violento contra os povos indígenas.

Em uma outra postagem em torno do protesto indígena em Porto Seguro, Tukumã Pataxó reproduz trecho de um vídeo do ativista de extrema-direita Gustavo Gayer, que depois se tornaria deputado federal, em que se refere aos indígenas que participaram da ação como “falsos índios”.

Índios entre aspas estão jogando tinta vermelha como se fosse sangue. Esse povo que você está vendo não é índio. Uma foto que foi registrada no local. Preste bastante atenção nisso. O cara está com Iphone 13 mais uma jornalista passando maquiagem para ele ir lá fazer o seu vandalismo justiceiro. Obviamente tentando fazer com que a maioria das pessoas fique do lado dos índios, que são uma minoria sofrida. Só que estava chegando no evento, e aí os índios pataxó chegando em um Amarok, uma caminhonete que é mais de R\$ 200 mil. Agora olha a cara do índio. Esse cara é um índio? Me fala se esse cara dentro dessa caminhonete é um índio. Eu pareço muito mais um índio do que esse cara.

Em seu vídeo, Tukumã Pataxó (2022b) aciona a forma comunicativa de confronto da reação (reaction), apresentando trechos do discurso de Gayer, com a seguinte legenda: “‘Eu pareço muito mais um índio que esse cara’ estão querendo usar nosso movimento contra nós mesmos, inventando mentiras e difamação. Deixe seu comentário, para eles saberem que não estamos sozinhos”. A postagem, com mais de 2 mil comentários, mobilizou fluxos ativistas indígenas contra as diversas camadas de base racista e informação falsa presentes no discurso de Gayer, da concepção de “cara de índio”, que tenta reduzir a multiplicidade dos povos indígenas a um fenótipo. Esse é um discurso reproduzido historicamente como uma representação única das etnias e de deslegitimação do ativismo indígena pela ideia de “falso índio” e que também se conforma como um diversionismo ao buscar colocar em contradição os usos de tecnologias e a identidade indígena, em uma cristalização das

culturas e tradições indígenas.

Nas produções audiovisuais conectadas nas ações diretas, os discursos, as matrizes culturais e as formas diversas de repertórios do confronto político também estão interligados para o confronto às representações hegemônicas e coloniais, às estratégias de deslegitimação da luta e aos discursos de vinculação dos indígenas ao passado. Enquanto ação direta em um monumento – em uma relação de continuidade, inclusive, com outras manifestações indígenas realizadas em anos anteriores<sup>6</sup> em torno do 22 de abril em Porto Seguro e na região da chamada “Costa do Descobrimento” –, o vídeo de reação e a cobertura audiovisual do protesto pelos próprios manifestantes estão entremeados nesses fluxos ativistas. Conforme explica Melucci (1989, p. 25), a ação coletiva de confronto político resulta tanto de orientações conscientes que são desenvolvidas em um campo de possibilidades que permeiam tanto as oportunidades quanto os constrangimentos – ou seja, definem “em termos cognitivos as possibilidades e limites”.

Fica evidente na ação direta em Porto Seguro uma articulação coletiva que considera uma estrutura de oportunidade política (Tarrow, 2009, p. 18), que é a visita do presidente e a data da invasão colonial, para a denúncia da violência encarnada no monumento e na própria memória colonial. Essa dimensão processual da ação direta, que não se encerra no momento em que acontece no espaço físico, dialoga tanto com o caráter de fluxo comunicacional do ativismo (Farias, 2025), quanto com a reflexão de Tarrow (2009) sobre o modo como os movimentos sociais respondem a fatores considerados externos à coletividade. Para o autor, essas estruturas se referem a “dimensões

---

<sup>6</sup> Em 2000, um movimento chamado “Brasil, outros 500”, reunindo o MST, a CUT e ativistas indígenas realizaram uma passeata em Salvador e uma reunião em Coroa Vermelha não apenas contra a comemoração do “Dia do Descobrimento”, mas como um modo de organização e mobilização das lutas indígenas no início do século XXI, conforme noticiado por Le Monde Diplomatique Brasil (Boson, 2020) e Folha de São Paulo (Agência Folha, 2000).

consistentes do contexto político que podem encorajar ou desencorajar pessoas de participarem em ações coletivas” (2009, p. 18), como instituições estatais e econômicas e estruturas de organização da sociedade. Um componente situacional também deve ser reconhecido (Menezes, 2023) em estruturas de oportunidades em um dado momento político.

### **Memórias de resistência em formas comunicativas e no território**

As ações diretas indígenas cartografadas evidenciam uma abertura possível de disputa cultural e engajamento afetivo identificada como modo de conscientização sobre a memória da colonização e também a produção de memórias de resistência e luta. Desse modo, há afetos articulados em modos de engajamento atrelados à reflexão crítica sobre a memória nacional em um processo que, seguindo Sharpe (2023, p. 64) ao tratar do vestígio como vigília, pode configurar “outro tipo de trabalho de vigília que pode contrariar o esquecimento, o apagamento, o descomunal e aqueles idem idem nos arquivos”. Um vestígio/vigília que pode desarticular memórias coloniais, atualizadas em memórias nacionais, baseadas em histórias heroicas do colonizador e do bandeirante e materializadas em diversas cidades brasileiras.

Uma outra estátua de Pedro Álvares Cabral, localizada no bairro da Glória, na Zona Sul do Rio Janeiro, ardeu em chamas (Figura 3) em protesto contra o Marco Temporal no dia 24 de agosto de 2021. A ação direta foi motivada pela possibilidade de discussão e avanço de um PL na Câmara dos Deputados, o PL 490<sup>7</sup>, que buscava flexibilizar a exploração de territórios indígenas por grupos

---

<sup>7</sup> O Projeto de Lei 490/2007 agregava a tese do Marco Temporal e a flexibilização da prática de mineração em territórios indígenas. Em 2023, as propostas do PL 490 foram incorporadas ao Projeto de Lei 2903/2023.

econômicos, servindo de complemento à tese do Marco Temporal no sentido da continuidade do esbulho territorial no país e a redução das culturas e dos vínculos ancestrais e territoriais às dinâmicas de mercado e de competitividade econômica.



Figura 3 – Monumento em homenagem a Pedro Álvares Cabral em chamas (Brasil de Fato, 2021)

O chamado #FogonoCabral foi atrelado, em postagens no Twitter, no Instagram e em diversas reportagens (Uol, 2021; Brasil de Fato, 2021), ao coletivo Uruçu-Mirim. Porém, o antigo perfil @urucumirim foi bloqueado pelo Twitter (atual X). Uma reportagem do telejornal Bom dia Rio, da Rede Globo, aborda a abertura de um inquérito para apurar a autoria do que chama de “depredação”, valendo-se de fontes com posições contrárias, que utilizaram adjetivos como “ato insano” e

“revisionismo histórico” sem aprofundar as motivações do ato (GloboPlay, 2021). Também nessa reportagem, o perfil @urucumirim foi vinculado ao incêndio da estátua no bairro da Glória.

As fotografias divulgadas pelo perfil @urucumirim da estátua em fogo, por sua vez, destacam, no enquadramento, a estátua em chamas e as frases “Marco temporal é genocídio” e “PL 490 não”, enfatizando as agendas contrárias às iniciativas anti-indígenas no STF e no Congresso Nacional. Essas imagens foram divulgadas pelo perfil no Twitter e circularam em plataformas de rede social em postagens que relacionaram a ação direta ao Fogo no Borba Gato – inclusive com a utilização da hashtag #FogonoCabral, em referência à hashtag #FogonoBorbaGato, ligada à ação direta do coletivo Revolução Periférica que incendiou o monumento do bandeirante Manuel de Borba Gato pouco tempo antes, em São Paulo. Para além do debate sobre autoria, a divulgação das imagens em um perfil intitulado Uruçu Mirim sobre a ação direta é significativa. Há trabalhos históricos que afirmam que Uruçu-mirim teria sido uma liderança indígena dos Tamoios, que viviam no atualmente chamado Morro da Glória, no mesmo bairro onde a ação direta foi realizada.

No dia 20 de janeiro de 1567, um confronto teria acontecido na região atualmente da Glória, no Rio de Janeiro, entre indígenas, colonizadores franceses e portugueses, no qual o Estácio de Sá, fundador e governador da cidade, teria recebido uma flechada e por isso faleceu semanas depois. Bueno (2010, n.p.) relata a batalha em que “os portugueses atacaram as posições inimigas em Uruçumirim (atual Morro da Glória)”. Em artigo publicado na Revista Impressões Rebeldes, Freitas (2022) recupera a memória do confronto no Rio de Janeiro, situando-o no processo de resistência indígena que se intensificou desde a fundação da cidade, conhecido como Confederação dos Tamoios.

O primeiro reduto onde os tamoios se encontravam liderados por um jovem índio chamado Uruçumirim localizava-se no atual morro da Glória e tinha ao seu redor uma paliçada de estacas pontiagudas. [...] Os índios comandados por Uruçumirim foram os primeiros a resistir à investida da força naval lusitana, que avançava em sua direção divididos em dois batalhões, um liderado por Cristóvão de Barros e o segundo por Estácio de Sá. (Freitas, 2022, n.p.).

Já em texto publicado no portal da Rádio Yandê, Anapuaka Tupinamba Hãhãhãe (2024, n.p.), ao divulgar a sua instalação intitulada “YbỹToré Tupinambá”, realizada na Ladeira da Glória, também trata da memória indígena no território do bairro, recuperando a história que “marcou o início de um processo que muitos consideram parte do ‘holocausto indígena brasileiro’ – a tentativa sistemática de erradicar as culturas e identidades indígenas por meio da violência”. Ele conecta o seu trabalho apagamento da memória da resistência indígena no Rio.

[...] a instalação adquire uma profundidade ainda maior quando contextualizada com a Batalha e Massacre de Uruçu-Mirim, ocorrido em 1567, um marco de resistência indígena contra a colonização europeia. Uruçu-Mirim, que significa “abelha pequena” em tupi, era uma aldeia localizada nas proximidades da atual Glória, às margens da Baía de Guanabara. [...] A memória desse massacre foi amplamente apagada das narrativas oficiais da cidade do Rio de Janeiro, assunto que não se fala e não se age na cultura, educação, política pública, mas reverbera o sagrado no subsolo da cidade. [...] O nome Uruçu-Mirim desapareceu ao longo dos séculos, substituído por novos nomes que não honram essa história. A instalação propõe uma ressignificação desses espaços, trazendo sons e histórias esquecidas de volta ao cotidiano urbano. [...] (Anapuaka Tupinamba Hãhãhãe, 2024, n.p.).

A potência da ação direta realizada no monumento na Glória e divulgada pelo perfil com o nome Uruçu-Mirim, associado ao território indígena no século XVI, é ampliada a partir das camadas espaço-temporais acionadas na resistência ao PL 490 e ao Marco Temporal. Nesse processo de contraponto à ofensiva anti-indígena da extrema-direita, apoiada por diversas bancadas no legislativo

sob o comando da numericamente expressiva bancada do agronegócio (ruralista), outras ações diretas confrontando essas proposições e, ao mesmo tempo, desarticulando a memória nacional, aconteceram em diferentes cidades brasileiras tanto antes quanto depois do Fogo no Cabral. Uma delas foi realizada por ativistas Guarani Mbya e também pelos indígenas em conjunto com integrantes do MST e do Movimento Passe Livre São Paulo e do Comitê Popular da Copa de São Paulo no Monumento às Bandeiras no Parque Ibirapuera. Essa e outras ações diretas (Instituto Socioambiental, 2014) ocorreram ainda nos fluxos das manifestações de Junho de 2013.



Figura 4 – Ação direta no Monumento às Bandeiras (Centro de Trabalho Indigenista, 2013)

Em 2 de outubro de 2013, ativistas Guarani Mbya tingiram de vermelho o Monumento às Bandeiras (Figura 4), na capital paulista, em protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que visava transferir a competência de demarcação de terras indígenas para o Congresso Nacional e procurava estabelecer constitucionalmente a tese do Marco Temporal. Dias antes, em 26 de setembro de 2013, os ativistas haviam feito uma barricada na Avenida Bandeirantes.

Já na ação direta no monumento, precedida de uma marcha que partiu da Avenida Paulista, os ativistas se juntaram a apoiadores das lutas indígenas e jogaram tinta vermelha no monumento. Em carta divulgada após as ações diretas, o ativista indígena Marcos dos Santos Tupã, liderança e coordenador da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), aprofunda os afetos e sentidos territoriais mobilizados nesses processos de mobilização e confronto político.

Para nós, povos indígenas, a pintura não é uma agressão ao corpo, mas uma forma de transformá-lo. Nós, da Comissão Guarani Yvyrupa, organização política autônoma que articula o povo guarani no sul e sudeste do país, realizamos no último dia 02 de outubro, na Av. Paulista, a maior manifestação indígena que já ocorreu em São Paulo desde a Confederação dos Tamoios. Mais de quatro mil pessoas ocuparam a Av. Paulista, sendo cerca de quinhentas delas dos nossos parentes, outros duzentos de comunidades quilombolas e mais de três mil apoiadores não-indígenas, que viram a força e a beleza do nosso movimento. Muitos meios de comunicação, porém, preferiram noticiar nossa manifestação como se tivesse sido uma depredação de algo que os brancos consideram ser uma obra de arte e um patrimônio público. Saindo da Av. Paulista, marchamos em direção a essa estátua de pedra, chamada de Monumento às Bandeiras, que homenageia aqueles que nos massacraram no passado. Lá subimos com nossas faixas, e hasteamos um pano vermelho que representa o sangue dos nossos antepassados, que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais os brancos parecem ter tanto orgulho. Alguns apoiadores não-indígenas entenderam a força do nosso ato simbólico, e pintaram com tinta vermelha o monumento. Apesar da crítica de alguns, as imagens publicadas nos jornais falam por si só: com esse gesto, eles nos ajudaram a transformar o corpo dessa obra ao menos por um dia. Ela deixou de ser pedra e sangrou. Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência. (Centro de Trabalho Indigenista, 2013, n.p.).

A liderança indígena ressalta dois elementos indispensáveis para compreender relações entre a resistência no passado colonial e as lutas no presente. A primeira diz respeito ao modo como o espaço é apropriado em formas comunicativas e na incorporação estratégica de imagens, textos, produções

audiovisuais e outras formas de confronto político em veículos jornalísticos – o que se configura como uma articulação recorrente e atravessa diversas ações diretas. A segunda dimensão, que também é atravessada em fluxos ativistas indígenas no Brasil e que conecta distintas temporalidades a partir das formas comunicativas, é a defesa do território como vida.

### **Considerações**

Relações contínuas e não-lineares entre ativismos indígenas contemporâneos e processos históricos de luta são articuladas nos fluxos ativistas e tornam-se evidentes na cartografia. Os afetos ligados à memória da colonização e a defesa da vida, assim como seus vestígios, são rearticulados em ações diretas em monumentos coloniais a partir de formas culturais, comunicativas e de apropriação do espaço em múltiplas temporalidades no confronto político. Elas tensionam uma perspectiva temporal linear que colabora na redução dos conflitos e das suas consequências ao passado ao desconsiderar a relevância e a potência das resistências indígenas na formação do país e também as lutas no presente. Fica evidente nesse processo a mobilização de formas comunicativas e de apropriação do espaço que reinscrevem não apenas perspectivas normativas sobre o ativismo, reduzindo a sua dimensão produtiva a um inventário previamente reconhecido, como disputam enquadramentos no jornalismo, principalmente na incorporação estratégica de informação e na produção de visibilidade sobre as ações diretas e as suas agendas, que organizam modos de sentir e fazer ativismo indígena no atual ambiente tecnocomunicativo.

Na articulação dessas formas comunicativas, afetos, alianças e agendas políticas são evidenciados a partir da conexão de diferentes camadas da luta pelo território como luta pela vida. A

afirmação da existência na resistência e na luta diante das violências coloniais, da escravização ao genocídio, se dá em vinculação com as lutas contra as políticas de morte do presente, como o genocídio indígena através das invasões nos territórios e também de PLs anti-indígena e do Marco Temporal. Essas agendas políticas estão ligadas à defesa das relações de pertencimento ao território em repertórios comunicacionais pela desarticulação da memória nacional e rearticulação da memória ancestral.

**Referências**

- Agência Folha. (2000, 17 de abril). *Índios fazem manifestações com MST*. Folha de S.Paulo. [http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/report\\_14.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/report_14.htm).
- Amormino, L. (2024). *A memória como gesto: Um ato ético, estético e político* [E-book]. Fafich/Selo PPGCOM/UFMG.
- Baniwa, G. (2006). *O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. MEC/SECAD.
- Boson, V. H. C. (2020, 16 de julho). Brasil, outros 500: A Marcha dos 2000 vinte anos depois. *Le Monde Diplomatique Brasil*. <https://diplomatie.org.br/brasil-outros-500-a-marcha-dos-2000-vinte-anos-depois/>.2021.
- Brasil de Fato. (2021, 25 de agosto). *Estátua de Pedro Álvares Cabral é incendiada no RJ contra marco temporal de ruralistas*. <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/25/estatua-de-pedro-alvares-cabral-e-incendiada-no-rj-contramarco-temporal-de-ruralistas/>.
- Bueno, E. (2010). *Brasil: Uma história – cinco séculos de um país em construção*. Leya Brasil.
- Centro de Trabalho Indigenista. (2013, 17 de outubro). *Monumento à resistência do povo Guarani*. <https://trabalhoindigenista.org.br/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani/>.
- Farias, D. O. de. (2025). *Fluxos ativistas e territórios: Afetos e repertórios na configuração comunicacional de ativismos políticos no Brasil* (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia).
- Ferreira, T. (2019). *Transformações de políticas e afetos no Brasil: Contextualizando radicalmente o acontecimento Junho de 2013 em fluxos audiovisuais* (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia).
- Freitas, D. (2022). *Revolta dos Tamoios e Batalha de Uruçumirim e Paranapecu. Impressões Rebeldes*. <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/rebeldia-tamoia-contra-portugueses-batalha-de-urucumirim/>.
- G1. (2022, 22 de abril). *Indígenas protestam em Porto Seguro contra visita do presidente Jair Bolsonaro* [Vídeo]. <https://g1.globo.com/ba/bahia/video/indigenas-protestam-em-porto-seguro-contra-visita-do-presidente-jair-bolsonaro-10509550.ghtml>.
- GloboPlay. (2021, 25 de agosto). *Polícia abre inquérito para investigar os responsáveis por incendiar estátua de Pedro Álvares Cabral, na Glória* [Vídeo]. <https://globoplay.globo.com/v/9805038/>.

- Gomes, I., et al. (2017). Temporalidades múltiplas: Análise cultural dos videocliques e da performance de Figueroas a partir dos mapas das mediações e das mutações culturais. *Revista Contracampo*, 36, 134–153.
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, (92/93), 69–82.
- Grossberg, L. (2010). *Cultural studies in the future tense*. Duke University Press.
- Grossberg, L. (2018). *Under the cover of chaos: Trump and the battle for the American right*. Pluto Press.
- Gutmann, J. F. (2014). Entre tecnicidades e ritualidades: Formas contemporâneas de performatização da notícia na televisão. *Galáxia*, 14, 108–120.
- Instituto Socioambiental. (2014, 9 de junho). *Guarani e movimentos sociais protestam contra ruralistas em frente à Assembleia Paulista*. <http://www.socioambiental.org/>.
- Martín-Barbero, J. (2009). As formas mestiças da mídia [Entrevista]. *Revista Pesquisa FAPESP*, (163). <http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/09/01/as-formas-mesticas-da-midia/>.
- Martín-Barbero, J. (2015). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. UFRJ.
- Melucci, A. (1988). Getting involved: Identity and mobilization in social movements. *International Social Movement Research*, 1(26), 329–348.
- Menezes, D. (2023). *A interação entre o movimento de moradia e os técnicos estatais: Dilemas, arenas e políticas de pós-ocupação na Bahia* (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia).
- Milanez, F., et al. (2019). Existência e diferença: O racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis*, 10(3), 2161–2181.
- Pataxó, T. (2022, 22 de abril). *Cobertura da ação direta na estátua de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/reel/CcqlRgEFmcm/>.
- Pataxó, T. (2022a, 22 de abril). *Indígenas protestam em Porto Seguro contra visita de Jair Bolsonaro* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/reel/Ccq0Mn2Innj/>.
- Pataxó, T. (2022b, 22 de abril). *Reação ao vídeo de Gustavo Gayer* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/reels/Cc0dy6mlb9J/>.
- Sharpe, C. (2023). *No vestígio: Negridade e existência* (J. Oliveira, Trad.). Editora Ubu.
- Silva, M., & Lima, E. (2024). Borba Gato em chamas: Disputas pela memória social, lutas negra e periférica em São Paulo. *Revista Debates do Povo*, XX(Y), 109–126. <https://www.scielo.br/j/rdp/a/cbzCkVYdNNLqCCVdn4sDtHm/?lang=pt>

- Tarrow, S. (2009). *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Vozes.
- Tible, J. (2020). *Esquerdas latino-americanas: O Marx selvagem* [Conferência]. FAUUSP.
- Tible, J. (2022). *Política selvagem*. N-1 Edições/GLAC Edições.
- Tupã, M. dos S. (2013, 17 de outubro). *Monumento à resistência do povo Guarani*. Centro de Trabalho Indigenista. <https://trabalhoindigenista.org.br/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani/>
- Tuxá, F. (2022). *Letalidade branca: Negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio* (Tese de doutorado, Universidade de Brasília).
- Tuxá, F. (2022a). Movimento indígena e o Tribunal Penal Internacional (TPI): Genocídio e estratégias de litigância durante a gestão bolsonarista. In D. Alarcon et al. (Orgs.), *A gente precisa lutar de todas as formas: Povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil* (pp. 333–367). Hucitec.
- UOL. (2021, 25 de agosto). *Estátua de Pedro Álvares Cabral é incendiada*. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/08/25/estatua-pedro-alvares-cabral-incendiada.htm>
- UOL. (2022, 22 de abril). *Indígenas gritam “fora Bolsonaro” em visita do presidente a Porto Seguro* [Vídeo]. <https://noticias.uol.com.br/videos/2022/04/22/indigenas-gritam-fora-bolsonaro-em-visita-do-presidente-a-porto-seguro.htm>
- Zambelli, C. (2020, 24 de setembro). *“Você já viu índio de Apple Watch?”*. [Vídeo]. Facebook. [https://web.facebook.com/watch/?v=3380603178831435&\\_rdc=1&\\_rdr](https://web.facebook.com/watch/?v=3380603178831435&_rdc=1&_rdr).